



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

FRONTEIRAS INSTITUCIONAIS

A semana política foi marcada pela reafirmação de fronteiras institucionais e pela busca de equilíbrio entre autonomia e coordenação. A Câmara dos Deputados consolidou sua capacidade de autoproteção ao sustar uma ação penal no Supremo Tribunal Federal, enquanto o Ministério da Fazenda procurou reconstruir confiança diante do Senado em meio às pressões por resultados fiscais. No mesmo período, o adiamento da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias expôs as fissuras internas da base governista e a dificuldade do Executivo em articular simultaneamente a agenda orçamentária e a ambiental.

SUSTAÇÃO DE AÇÃO PENAL NO PLENÁRIO

A Câmara dos Deputados aprovou a sustação da ação penal movida contra o deputado Gustavo Gayer (PL/GO), em decisão que reabre o debate sobre o equilíbrio entre prerrogativa parlamentar e responsabilidade individual. O placar de 268 votos a 167 mostrou ampla maioria favorável à interrupção do processo no Supremo Tribunal Federal, com base no artigo 53 da Constituição Federal, que autoriza o Parlamento a suspender ações contra seus membros. O caso, envolvendo acusações de crimes contra a honra, tornou-se símbolo da linha tênue entre imunidade e impunidade, reacendendo discussões sobre o alcance das proteções concedidas aos mandatos legislativos.



“Subscrevemos as conclusões da Polícia Federal e concluímos que o mais adequado seria o não recebimento da queixa-crime relativamente aos crimes de calúnia e difamação”

Zé Haroldo Cathedral
Deputado Federal (PSD/RR)

A repercussão política foi imediata e dividida. Entre parlamentares, o discurso majoritário sustentou que a decisão preserva a independência do Legislativo diante de interferências externas, enquanto críticas destacaram o risco de uso da prerrogativa como escudo corporativo. Nas redes e nos bastidores, o episódio expôs a tensão entre o dever de proteção institucional e a expectativa social por transparência e responsabilização.

Os desdobramentos ainda são incertos, mas o episódio marca uma inflexão institucional relevante. O Supremo deverá avaliar a comunicação da Câmara e definir o alcance prático da decisão, o que pode reforçar ou tensionar o entendimento sobre os limites da imunidade parlamentar. No campo político, o gesto tende a influenciar futuras votações que envolvam temas de prerrogativas e responsabilidades dos mandatos.

HADDAD NA CAE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, esteve na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado em audiência marcada pelo debate sobre a política fiscal e a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda. O ministro defendeu o compromisso do governo com o equilíbrio das contas públicas, ressaltando que a ampliação da isenção até R\$ 5 mil será implementada de forma gradual e condicionada à recomposição das receitas. Na fala, Haddad destacou que cortar benefícios tributários é uma forma de “combater privilégios”, argumentando que a revisão desses incentivos é essencial para sustentar o espaço fiscal sem aumentar a carga sobre a base produtiva.

A sessão foi permeada por críticas e apoios que revelaram a fragmentação da arena econômica no Senado. Enquanto parlamentares da oposição cobraram maior previsibilidade e alertaram para os riscos de perda de arrecadação, integrantes da base destacaram o esforço do ministro em manter o diálogo e a transparência das metas fiscais. O clima, ainda que institucional, mostrou o desgaste natural de um governo que tenta equilibrar o discurso de responsabilidade fiscal com o de justiça social.



“É muito curioso que setores muito conservadores da nossa sociedade equivocadamente tratam o corte de gastos tributários como aumento de tributo e não como o fim de um privilégio. É curioso isso. Você cortar um gasto tributário no Brasil é encarado pela imprensa como um todo não como o fim de um privilégio que foi dado momentaneamente, mas como aumento de imposto. Não poderia haver equívoco maior do que isso”

Fernando Haddad
Ministro da Fazenda

O episódio reforça o desafio de reconciliação entre discurso e execução. O ministro sai da audiência com uma imagem de estabilidade, mas enfrenta o dilema de sustentar o otimismo fiscal diante de um cenário de incertezas sobre arrecadação e crescimento. O Senado, ao dar palco ao debate, consolidou-se como espaço de mediação entre a tecnicidade da Fazenda e a sensibilidade política dos parlamentares. A audiência não trouxe medidas concretas, mas serviu como termômetro da confiança do Congresso no ministro e da disposição do governo em seguir defendendo o equilíbrio fiscal como eixo de sua narrativa econômica.

SESSÃO CANCELADA, PRESSÃO MANTIDA

O Congresso Nacional adiou a sessão que votaria a Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN 2/2025) e os vetos presidenciais ao projeto do licenciamento ambiental (PL 2159/2021), em movimento articulado entre governo e presidência das Casas legislativas. A decisão, anunciada por Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), atendeu a pedido da liderança do governo e buscou conter um cenário de derrota iminente em meio à falta de consenso sobre temas orçamentários e ambientais. O adiamento representou mais do que uma pausa procedimental: foi um gesto político que revelou o nível de fragmentação dentro da base aliada e a dificuldade do Executivo em conduzir simultaneamente a pauta fiscal e a política ambiental.

As divergências sobre a LDO tornaram-se o ponto mais sensível da articulação. Disputas por cargos e pela destinação de emendas ampliaram a resistência entre bancadas e líderes partidários, transformando a votação em teste de força sobre o alcance do governo na montagem administrativa. Ao mesmo tempo, a manutenção dos vetos ambientais produzia desconforto entre grupos que defendem maior flexibilização para obras e infraestrutura, contrapostos à ala que teme retrocessos na política climática.

A proximidade da COP30, que ocorrerá em Belém ainda este ano, acrescentou uma camada simbólica a esse adiamento. O Brasil entra na reta final de preparação para o encontro internacional sobre o clima com uma agenda ambiental travada internamente, em meio a indefinições sobre o licenciamento e pressões fiscais. Adiar a sessão foi uma forma de evitar um constrangimento político que pudesse repercutir internacionalmente, mas também revelou os limites da coordenação entre Executivo e Congresso.

SÍNTESE DA SEMANA

Os acontecimentos recentes confirmam um momento de recomposição das relações entre os Poderes, em que cada ator busca reforçar seu papel sem romper o equilíbrio do conjunto. A Câmara reafirmou sua soberania sobre o destino de seus membros, o Senado reposicionou-se como centro do debate fiscal e o governo federal precisou administrar a pressão simultânea de demandas políticas e ambientais.

Material produzido por

MALTA

